

PODER

Centrão defende ministro

União Brasil, PP e Solidariedade veem “linchamento” de Toffoli e consideram que ele é vítima de “narrativas” para antipatizá-lo

» FABIO GRECCHI

O PP, o União Brasil e o Solidariedade saíram, ontem, em defesa do ministro Dias Toffoli, que na noite de quinta-feira decidiu se afastar do inquérito sobre a venda do Banco Master para o Banco Regional de Brasília (BRB) que corre no Supremo Tribunal Federal. Os partidos consideram que o magistrado está sendo submetido a um “linchamento” e que tentam colocar a população contra ele por meio de “narrativas”.

A nota do PP e do União Brasil é assinada pelos presidentes dos dois partidos, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e Antônio Rueda, e está em nome da federação União Progressista. Eles observam que “neste momento, é essencial nos atentarmos às narrativas que querem colocar a população contra o ministro Dias Toffoli e tudo o que ele fez e faz pelo país enquanto ministro no STF”. Vão além ao dizer que “atentar contra o ministro Toffoli é enfraquecer não só um servidor da Nação ou um Poder da República, mas, sim, atacar os pilares do nosso próprio sistema democrático”.

“É preciso ponderar que as injustiças acontecem quando se tem apenas um lado de uma versão repetida inúmeras vezes sem uma base sólida. Uma versão caluniosa, que passa a ser tratada como verdadeira justamente pela repetição”, observa a defesa da federação à postura do ministro. A nota salienta ainda que “a Justiça se fortalece quando há equilíbrio e respeito às instituições”.

Já a manifestação do Solidariedade, assinada pelo deputado federal Paulinho da Força (SP), presidente nacional da sigla, critica o que chama de “linchamento moral” do ministro. “Manifestações firmes se fazem essenciais para lidar com momentos turbulentos. Por isso, torna-se pública a presente nota para reconhecer

Kalina Maurer/Comunicação União Brasil



Neste momento, é essencial nos atentarmos às narrativas que querem colocar a população contra o ministro Dias Toffoli e tudo o que ele fez e faz pelo país enquanto ministro no STF. A Justiça se fortalece quando há equilíbrio e respeito às instituições”

Trecho da nota assinada por Antonio Rueda e Ciro Nogueira

os quase 20 anos de relevantes serviços prestados na magistratura brasileira pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli”, frisa o partido.

A publicação prossegue ao lembrar que “o ministro ocupou a Presidência do Poder Judiciário durante o desafiador período da pandemia de coronavírus (Covid-19). Também conduziu eleições gerais como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, sendo sempre respeitado pelo equilíbrio e firmeza em sua atuação pública.”

O Solidariedade fala em

“linchamento” do magistrado por conta da atuação que vem tendo na investigação do caso Master, que em vários momentos contrariou a Polícia Federal (PF), mas que tornou-se, também, razão de questionamentos no meio jurídico e dentro do próprio STF. “Não se pode admitir que corporações e uma parcela da mídia promovam o linchamento moral de autoridades públicas com base em prejulgamentos e vazamentos seletivos de elementos de informação”, afirma.

Responsabilidade

O partido conclui que “a responsabilidade institucional exige de todos nós — líderes políticos — e da sociedade cuidado com a defesa da democracia e de suas instituições.”

As três legendas integram o Centrão no Congresso, composto ainda pelo Republicanos e pelo MDB. Nos bastidores da investigação sobre a liquidação extrajudicial do Master, há várias indicações de que os partidos que integram esse grupo no Congresso — que tem sido decisivo nas votações,

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Não se pode admitir que corporações e uma parcela da mídia promovam o linchamento moral de autoridades públicas com base em prejulgamentos e vazamentos seletivos de elementos de informação”

Trecho da nota assinada por Paulinho da Força

ora a favor do Palácio do Planalto, ora se aliando ao PL bolsonarista — seria fortemente atingido pelas investigações sobre as conexões políticas do ex-banqueiro Daniel Vorcaro. Sobre tudo por conta dos investimentos feitos por fundos de previdência de estados e de prefeituras na instituição que não estariam cobertas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Toffoli deixou a relatoria após a PF encontrar menções ao nome dele no celular de Vorcaro. O ministro é sócio-oculto da empresa Maridt Participações, dirigida por

dois de seus irmãos, que tinha participação em dois resorts da rede Tayayá. A empresa vendeu sua fatia no empreendimento no Paraná a fundos de investimento que tinham como acionista o pastor Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro do ex-dono do Master.

O ministro confirmou ter participação na Maridt e que recebeu dividendos de empresa, que realizou negócios com fundo ligado ao ex-banqueiro. Mas afirmou não ter “relação de amizade” com Vorcaro e declarou que “jamais recebeu qualquer valor” pago por ele. (Com Agência Estado)

Bolsonarismo vê brecha para impeachments

» ALÍCIA BERNARDES

A saída do ministro Dias Toffoli da relatoria do caso do Banco Master no Supremo Tribunal Federal é vista por parlamentares bolsonaristas como uma possibilidade de aumentar a pressão sobre o Judiciário. O primeiro passo foi dado na quinta-feira quando os senadores Eduardo Girão (Novo-CE), Damares Alves (Republicanos-DF) e o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) protocolaram um pedido de impeachment do magistrado, horas antes de ele abrir mão da investigação. A expectativa é de que

esse avanço sobre o STF somente recrudescça.

O senador Izalci Lucas (PL-DF) afirmou que decisões recentes de Toffoli “comprometeram ainda mais a imagem do Supremo”, que, segundo ele, “já estava fragilizada”. Para o parlamentar, a troca de relatoria em casos sensíveis cria uma oportunidade de inflexão institucional. “Passou de todos os limites. Agora, há a chance de resgatar a confiança, com decisões técnicas e previsíveis”, disse, defendendo previamente a atuação do ministro André Mendonça, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro à Corte.

Izalci aposta em uma condução firme de Mendonça, a quem atribui competência, imparcialidade e independência. O senador destacou a atuação do magistrado em investigações recentes e disse acreditar que o ministro deverá autorizar a liberação de documentos hoje sob sigilo, tanto em apurações relacionadas ao Master, quanto em outros inquéritos em tramitação no Supremo. “Sem transparência, não há credibilidade”, resumiu.

Divisor de águas

A mudança também repercutiu entre os deputados bolsonaristas.

Em manifestação nas redes sociais, o líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto Silva (PL-PB), classificou a troca de relatoria como “um divisor de águas” e criticou o que chamou de decisões erráticas e processos “que parecem ter lado”. Para ele, o momento exige reafirmação do devido processo legal e da igualdade de todos perante a Constituição.

No Senado, a leitura predominante é de que a situação de Toffoli, por conta de uma sequência de controvérsias sobre sua atuação no caso Master — incluindo decisões de sigilo e a centralização de autorizações para

diligências — abriu espaço para uma ofensiva mais dura. Segundo fontes na Casa, a fragilização do ministro deve fortalecer a articulação por uma CPMI do Master, que teria, inclusive, apoio de alguns parlamentares não necessariamente bolsonaristas.

Os aliados do ex-presidente não escondem que têm como principal pauta o impeachment de ministros do STF. Desde em que esteve no governo, Jair Bolsonaro manteve uma relação tempestuosa com o Supremo e com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Seus apoiadores insistem na teoria do “ativismo

judiciário” para justificar as derrotas que sofrem na Corte — a mais contundente é a prisão do ex-presidente a 27 anos e três meses por tentar dar um golpe de Estado. Outros bolsonaristas de peso também pegaram pesadas condenações por envolvimento na trama pela ruptura da normalidade institucional.

Do Palácio do Planalto, porém, há sinais contrários a uma comissão de inquérito sobre o banco de Daniel Vorcaro. Isso porque os governistas acreditam que seria mais um palco para o bolsonarismo contaminar as sessões com objetivos eleitorais. (Colaborou FG)

CPMI do INSS solicita volta de documentos

Presidente da CPMI do INSS, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou, ontem, que solicitou ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a devolução à comissão de todos os documentos referentes às quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico do ex-dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. Segundo o parlamentar, o material é considerado fundamental para a continuidade dos trabalhos, a consolidação das provas já colhidas e a elaboração do relatório final. O senador sustenta que a CPI tem o dever constitucional de apurar os fatos com profundidade, respeito ao devido processo legal e transparência.

O pedido foi encaminhado a Mendonça após o ministro assumir a relatoria do caso no Supremo. De acordo com Viana, está prevista para a primeira semana após o feriado uma audiência institucional com o ministro. O objetivo, segundo o senador, é tratar pessoalmente da

importância da cooperação entre os Poderes para que a comissão possa cumprir integralmente sua missão.

Em dezembro do ano passado, Toffoli determinou que os documentos relacionados às quebras de sigilo de Vorcaro solicitados pela CPMI não fossem disponibilizados à comissão. Na ocasião, Viana classificou a decisão como grave.

“Sempre que se afasta de uma CPI o acesso a documentos essenciais, enfraquece-se a investigação e amplia-se a desconfiança da sociedade sobre o que se tenta ocultar”, criticou. Viana reiterou, ainda, que a oitiva de Vorcaro está mantida para 26 de fevereiro, nos termos estabelecidos pela Presidência da CPI. O senador avalia recorrer à condução coercitiva caso o empresário não compareça.

Depoimento

Na semana passada, Viana atendeu a pedido da defesa do

Carlos Moura/Agência Senado



ex-banqueiro e adiou o depoimento, inicialmente marcado para o dia 5, para após o Carnaval. Ele afirmou ter concordado com o adiamento sob a condição de que a defesa não impetire habeas corpus para tentar evitar o comparecimento futuro.

A CPI do INSS investiga um

cenário de irregularidades sistêmicas nas operações de crédito do Master. Um processo administrativo do INSS de novembro passado afirma que o banco deixou de apresentar 251.718 documentos que comprovassem contratos de crédito consignado firmados. Trata-se de 74,3% de

um universo de 338.608 acordos que a instituição relatou ter celebrado com beneficiários da Previdência entre outubro de 2021 e setembro de 2025.

“Queremos entender do senhor Vorcaro de onde ele conseguiu essa carteira. Essa transferência para o INSS foi republicana

ou teve favorecimento político? Nesse período, as pessoas que reclamavam que estavam sendo enganadas, de que maneira foram atendidas? Isso foi colocado para a defesa, que, inclusive, mostrou um palco para o bolsonarismo contaminar as sessões com objetivos eleitorais. (Colaborou FG)



Sempre que se afasta de uma CPI o acesso a documentos essenciais, enfraquece-se a investigação e amplia-se a desconfiança da sociedade sobre o que se tenta ocultar”

Senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da CPMI que apura as fraudes contra beneficiários do INSS